

Toniollo, Javier. *Derechos humanos y el derecho a la alimentación*. 1ª ed.  
Santa Fe: Ediciones UNL, 2017, 88p. ISBN: 978-987-746-086-2

Beatriz Gomes Cornachi<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup>Universidade Federal do ABC (UFABC). São Bernardo do Campo, SP, Brasil. **E-mail:**  
[beatrizgornachin@gmail.com](mailto:beatrizgornachin@gmail.com). **ORCID:** <https://orcid.org/0000-0002-7075-5877>

Recebido em: 16 Set.2019 | Aceito em: 29 Out.2019.

## RESUMO

Dentre as obras que se dedicam a abordar a fome e o direito à alimentação, o livro “Derechos humanos y el derecho a la alimentación”, apresenta um panorama internacional da construção de tal direito e dos entraves existentes que dificultam a soberania alimentar de um povo.

**Palavras-chave:** Direitos Humanos; Desnutrição; América Latina.

## RESUMEN

Entre las obras que se dedican a tratar el hambre y el derecho a la alimentación, el libro "Derechos humanos y el derecho a la alimentación", demuestra un panorama internacional de la construcción de este derecho y de los entraves existentes que dificultan la soberanía alimentaria de un pueblo.

**Palabras clave:** Derechos humanos; desnutrición; Latinoamérica.

## INTRODUÇÃO

Os cenários que hoje se apresentam acerca da fome solicitam reflexão e ação. Em diferentes territórios a ausência de segurança e soberania alimentar estão presentes e resultam no que é conhecido há muito tempo: a fome. Esse flagelo, “produto de estruturas econômicas defeituosas” como afirmou Josué de Castro consta seja em sua manifestação aguda, como o caso do Lémen com aproximadamente 17 milhões de pessoas condenadas à desnutrição, ou em manifestação crônica, como o caso do Haiti que, atualmente tem ao menos metade de sua população desnutrida.

Em relação à América Latina, a região experimentou dados exitosos quando abordado os ODM (Objetivos de Desenvolvimento do Milênio) a partir da redução dos números de desnutridos pela metade. Contudo, nos últimos três anos, os dados têm sido crescentes na região apontam relatórios da própria FAO, o que distancia a América Latina de alcançar a erradicação da fome, presente nos atuais ODS (Objetivos do Desenvolvimento Sustentável).

Nesse sentido, sempre foi e continuará sendo de extrema importância esforços de diferentes fontes para que além da compreensão, a denúncia sobre as causas da fome possa ocorrer, objetivando a erradicação de tal flagelo.

Dedicada à compreensão e elaboração dos Direitos humanos e o próprio direito à alimentação, a obra “*Derechos humanos y el derecho a la alimentación*” de Javier Toniollo, professor titular de Direito Internacional Privado e Direito das Obrigações da Universidade do litoral (Santa Fé), faz-se de extrema importância para a compreensão do direito à alimentação a nível internacional.

Dentre as propostas do livro está a de enfatizar o Direito à alimentação como um direito humano fundamental trazendo à luz os marcos internacionais assim como a discussão que perpassa tais marcos acerca das diferentes definições e interesses dos atores envolvidos na elaboração e cumprimento dos direitos humanos e especificamente do direito alimentar.

A obra está organizada em seis capítulos e cada um deles com respectivos itens, além de introdução e conclusões, sendo que na introdução o autor aborda o marco internacional dos direitos humanos no âmbito do direito internacional moderno assim como a própria sistematização, significados e ressonâncias dentro das relações capitalistas estabelecidas. Para tanto o autor traz à luz nomes como Habermas, Mieville, Rigaux e outros.

Em seu primeiro capítulo “Os direitos humanos são direitos subjetivos” - *Los derechos humanos son derechos subjetivos*, Toniollo discute a abstração e pretensão de universalidade que desenvolvem-se os direitos humanos, passando por conceitos acerca da individualidade, subjetividade e personalidade afirmando o conteúdo moral dos direitos humanos e levanta a questão da aplicabilidade destes dentro da estrutura dos estados assim como os mecanismos de cumprimento. Nesse momento o autor também se dedicou a problematizar a redução do ato alimentar a partir do termo “segurança alimentar”.

Dentro do segundo capítulo “A relação conflituosa: o direito à alimentação e o comércio internacional”, ocorre uma ampla explanação da importância de tal direito como necessário para que outros sejam alcançados e a proteção do consumidor no que diz à qualidade do alimento consumido – as exigências sanitárias - e os interesses conflituosos em relação à perspectiva de livre mercado que orienta o comércio internacional de mercadorias. Um dos itens desse capítulo foi dedicado a explicar as relações entre o direito internacional e a violência do crescimento puramente econômico assim como a contribuição dos movimentos sociais de resistência frente a tal crescimento.

Por fim, no último item do capítulo o autor pontua como os movimentos sociais podem auxiliar na construção do direito internacional dos direitos humanos a partir das críticas aos modelos de desenvolvimento atuais e das pautas que englobam diferentes necessidades da sociedade civil.

O terceiro capítulo “O direito à alimentação e os organismos internacionais” o autor aborda em um primeiro item o papel do Codex Alimentar da FAO/OMS de 1962 e a transformação dos padrões estabelecidos no tocante à qualidade do alimento assim como no estabelecimento de práticas justas do comércio de alimentos. Como marco de mudanças autor coloca os acordos da OMC de 1995. Além disso, nesse capítulo o autor discorre acerca do princípio precautório e a problemática dos Organismos Geneticamente Modificados (OGM).

O quarto capítulo “Uma relação completa: a violência econômica, as mudanças climáticas e o direito alimentar” apresenta as relações existentes entre esses tópicos, a partir do modo de produção e consumo que impacta negativamente no clima e como as mudanças climáticas

resultantes podem gerar conflitos dos mais diversos e claro, afetar o direito ao alimento assim como das responsabilidades tanto dos Estados como de transnacionais quanto à esses efeitos.

Criticando o direito do comércio internacional devido à sua despreocupação quanto à segurança alimentar, o autor inicia o capítulo cinco “Rumo à construção de um direito agroalimentar em um contexto de desenvolvimento sustentável” e dentre os itens destacados, são discutidas as repercussões no direito do comércio internacional a partir das interferências estatais, o poder público e os contratos internacionais, no qual o autor colocou em discussão a arbitragem internacional, os conflitos existentes nas relações comerciais quanto aos direitos fundamentais do homem assim como o papel do poder público na mediação de tais conflitos diante da globalização.

O último capítulo “A FAO e a tentativa de implementação da segurança alimentar nos Estados” o autor contrasta a abordagem *hard law* para questões do direito econômico internacional e *soft law* para os tratados internacionais de direito humanitário assim como para as questões ambientais e alimentares e também explicita quais os atores responsáveis para a realização dos direitos humanos assim como cada um de seus respectivos papéis. Vale salientar a ponderação feita em relação ao FMI e Banco Mundial e seus empréstimos.

Por fim, as conclusões propõem caminhos para implementar a segurança alimentar perpassam por todos os pontos mencionados no livro e como tais pontos podem e devem ser melhorados objetivando maior compromisso por parte dos diferentes setores da sociedade para maximizar a segurança alimentar e a afirmação de que o direito à alimentação é antes de mais nada, o direito à vida.